

08 JUL 2014

GAZETA DO POVO

MP "cópia"

o Judiciário

e também vai pagar

auxílio-moradia

**MP irá pagar
auxílio-moradia
retroativo
a março**

Entendimento é de que benefício começou a valer a partir da data em que foi sancionada a lei que prevê o auxílio. Para os integrantes do Ministério Público, os ganhos ficarão entre R\$ 3,2 mil e R\$ 4,4 mil. Pagamento do bônus deve custar, no mínimo, R\$ 27,3 milhões aos cofres públicos.

Do mesmo modo que no Tribunal de Justiça, benefício para procuradores e promotores do Paraná será de 15% do salário. Custo anual para os cofres públicos vai chegar a pelo menos R\$ 27,3 milhões

Amanda Audi

Promotores e procuradores do Ministério Público do Paraná (MP) vão receber auxílio-moradia retroativo a março deste ano, de modo semelhante aos juízes estaduais e desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). Do mesmo modo que no Judiciário, os membros do MP vão ganhar um adicional de 15% do salário bruto, por mês. O benefício será pago apenas aos promotores e procuradores que requisitarem o auxílio. O pagamento da verba será regulamentado pela Resolução 2.509/2014 do MP, que deve ser publicada hoje no Diário Oficial do estado.

Para o pagamento ser retroativo a março — quando foi sancionada a lei estadual que permite a remuneração — os membros do MP e do TJ devem entrar com requerimento pedindo o auxílio nos 30 dias depois da publicação do ato.

Assinatura

A resolução do MP foi assinada pelo procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, na última quinta-feira, um dia depois que o TJ regulamentou o benefício em vo-

tação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. No texto, Giacoia argumenta que o objetivo é dar paridade entre as carreiras do MP e da Judiciário.

Na prática, os 702 membros do MP e os 818 magistrados paranaenses podem receber o auxílio, que vale mesmo para aqueles que já têm casa no município onde trabalham. Os dois textos, do TJ e do MP, são idênticos na parte sobre quem poderá ganhar o bônus. Só há três possibilidades que excluem o pagamento: ocupar residência oficial (custeada pelo TJ ou MP), morar junto com outra pessoa que já receba o benefício (como um procurador casado com uma juíza, por exemplo) ou ter sido colocado à disposição por receber sanção disciplinar.

CONTINUA

08 JUL 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

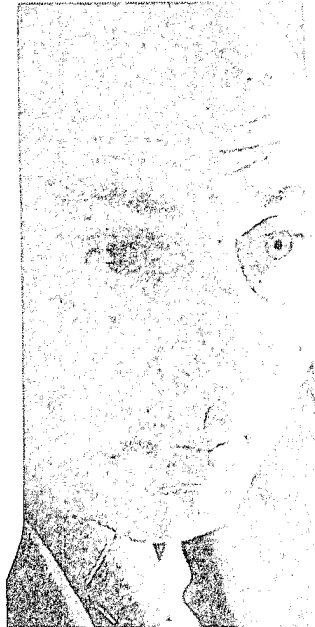
Impacto

Não é possível estimar o impacto financeiro final do benefício porque nem o TJ nem o MP souberam informar, até o fim da tarde de ontem, quantos membros ativos teriam direito ao benefício nem suas respectivas faixas salariais. Mas, considerando apenas os menores salários entre os membros de cada instituição, os custos anuais chegam a R\$ 27,3 milhões no MP e R\$ 32 milhões no TJ.

O salário de um juiz substituto, o menor entre os magistrados, será acrescido de R\$ 3,2 mil mensais. Já um desembargador, com o maior salário, deve ganhar cerca de R\$ 4 mil extras. No caso do MP, os ganhos ficarão na faixa entre R\$ 3,2 mil (promotor substituto) e R\$ 4,4 mil (procurador-geral).

Legislação

Apesar de haver a lei estadual permitindo o pagamento do auxílio-moradia, a Constituição Federal estipula que a remuneração de servidores públicos deve ser feita em parcela única, sem quaisquer acréscimos. A justificativa do MP e do TJ, porém, é de que o auxílio-moradia seria uma verba indenizatória (para compensar despesa de trabalho). Também por causa do caráter indenizatório, não é cobrado Imposto de Renda sobre o auxílio-moradia.



Giacioia assina a resolução que garante o benefício.

CORRESPÚBLICOS

Veja como funcionará o benefício:

Tribunal de Justiça

Auxílio-moradia: 15% do salário bruto dos magistrados.

Há 818 magistrados no estado. A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) estima que 550 receberão o auxílio. Juízes substitutos, que têm o menor salário entre os magistrados, poderão receber R\$ 3,2 mil a mais por mês. Para os desembargadores, que têm os maiores salários, o auxílio seria de R\$ 4 mil.

A estimativa é que o benefício custe pelo menos R\$ 32,4 milhões ao ano para a Justiça.

Ministério Público

Auxílio-moradia: 15% do salário bruto de promotores e procuradores.

O MP tem 702 procuradores e promotores. Promotores substitutos, que têm o menor salário, devem receber R\$ 3,2 mil de auxílio por mês. Já o procurador-geral de Justiça deve receber R\$ 4,4 mil a mais.

O custo anual para o MP é de pelo menos R\$ 27,3 milhões.

Nos dois casos

Para o pagamento ser retroativo a março, membros do MP e do TJ devem protocolar requerimento até 30 dias depois da publicação da decisão no Diário Oficial. Membros do TJ e do MP poderão receber o benefício mesmo que tenham residência onde trabalham. Só são excluídos aqueles que moram em residência oficial ou com outra pessoa que já recebe o auxílio.

08 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Coluna
do leitor

Auxílio-moradia 1

Sou contra o termo "auxílio-moradia" que será pago aos juízes; mas, dentro do racional e por experiência profissional, sou absolutamente a favor do valor pago. Assim passam a receber uma quantia próxima àquela que merecem como remuneração pelo árduo e fundamental trabalho que prestam a toda a sociedade. Cabe a nós, cidadãos de bem, antes de criticar sem entender do tema, defender aqueles que têm a missão de garantir à sociedade a paz, o equilíbrio e o Estado de Direito.

Almir Machado de Oliveira, advogado

Auxílio-moradia 2

No Brasil as questões são colocadas de maneira muito clara e esclarecedora. Auxílio-moradia, como se intitula esse acréscimo salarial, é uma verba destinada para o pagamento de moradia dos juízes que não estão em sua cidade natal. Ocorre que em nossa adorável Pindorama esse benefício é estendido para a classe inteira. Ou seja, palmas para o dinheiro do contribuinte, que remunera o juiz proprietário com um aluguel de sua própria casa.

Arthur Suplicy de Lacerda Neto

Auxílio-moradia 3

Acho justo os juízes sem casa própria ganharem auxílio-moradia. Nada mais justo para quem estudou cinco anos para se formar, depois passou na OAB, exerceu pelo menos três anos de atividade jurídica e teve de estudar até passar num concurso para juiz. Mas não entendi a razão do auxílio para os juízes com casa própria, a não ser que esse dinheiro seja usado para reformar ou manter o bom estado do imóvel.

Junior Cesar Carneiro, estudante de Direito

LEITORES

"Palmas para o dinheiro do contribuinte, que remunera o juiz proprietário com um aluguel de sua própria casa." **Arthur Suplicy de Lacerda Neto**.

08 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Celso
Nascimento

Coloquívio

Água dura...

Em sentido inverso do tradicional, concretizou-se, enfim, o ditado "água dura em pedra mole, tanto bate até que fura": os magistrados do Paraná vergaram as resistências do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, e conseguiram que ele autorizasse o pagamento do auxílio-moradia. A partir de agora, os holerites dos desembargadores e juízes serão engordados em 15% sobre o valor dos subsídios. O acréscimo, para quem ganha R\$ 26 mil por mês, será de quase R\$ 4 mil mensais. Só não receberá o benefício o juiz que morar em residência oficial.

... em pedra mole

Uma particularidade importante: não se trata de aumento, mas de indenização pelos gastos com moradia. Em razão disso, sobre a parcela não será necessário pagar Imposto de Renda. O auxílio-moradia nasceu de um projeto enviado pelo Tribunal de Justiça à Assembleia, que o aprovou, e foi transformado em lei sancionada pelo governador Beto Richa.

NOTA POLÍTICA

É Copa

Mais uma vez, as repartições públicas terão hoje horário especial de funcionamento por causa do jogo da seleção brasileira pela Copa do Mundo. No Judiciário, por exemplo, o expediente será das 8h30 às 12h30. Com isso, serão adiadas as sessões de julgamento das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Câmaras Cíveis. Já na Assembleia Legislativa não haverá sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

08 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Última acusada da morte de Louise Sayuri Maeda enfrenta júri popular

Outros dois acusados já foram condenados pelo crime ocorrido em 2011 em Curitiba. Defesa e acusação se confrontaram no tribunal

Lucas Gabriel Marins,
Angieli Maros e Kelli Kadanus,
especial para a Gazeta do Povo

Ocorreu ontem na 1.ª Vara do Tribunal do Júri, em Curitiba, o julgamento de Fabiana Perpétua de Oliveira, 23 anos, última acusada de participar da morte da universitária Louise Sayuri Maeda. Estiveram presentes cerca de 20 familiares da vítima, alguns vestindo camisetas com frases de apoio. "Esperávamos que a justiça dos homens fosse feita", disse uma das parentes, que não quis se identificar por medo de répresalias. O resultado não foi publicado até o fechamento desta edição.

O julgamento começou às 13h. O primeiro a ser ouvido pelo júri foi um policial civil que participou da investigação. Por volta das 14h, Fabiana foi interrogada. A ré negou participação no crime. "Quero falar que eu realmente não sabia de nada. Para mim, a gente ia apenas sair para beber um

chope", disse. As outras testemunhas foram dispensadas.

O assistente de acusação, Gianfranco Petruzziello, pediu para Fabiana fazer uma reconstituição do dia e perguntou se ela sabia que Márcia Nascimento, uma das responsáveis pelo assassinato, tinha uma arma em casa. A acusada confirmou. Fabiana declarou que foi coagida depois do crime. "A Márcia vivia dizendo que eu não poderia falar nada sobre o acontecido, então fui ameaçada", disse Fabiana.

Petruzziello também perguntou como foram os 17 dias depois do assassinato. "Foi complicado. Eu tive que começar a inventar histórias, inclusive para o policial que foi até a loja conversar com a gente", declarou. A acusada afirmou ainda que estava sendo ameaçada por Márcia dentro da cadeia. "Ela dizia que depois que a gente saísse da cadeia a gente iria acertar as contas", contou.

Debate

Durante o debate, o advogado da acusada, Juliano Flenik, sustentou a afirmação de que Fabiana não sabia sobre o crime. "Nós procuramos mostrar 11 quesitos de defesa, como por exemplo o desconhecimento do fato e a inexistência de conduta. Trabalhamos também com a questão de que a Fabiana na época tinha menos de 21 anos", disse.

Já a acusação trabalhou com o argumento de que a ré sabia do fato. "A defesa veio com uma tese surpreendente de que a Fabiana não sabia o que iria acontecer. Nós rechaçamos e mostramos que ela sabia", afirmou Petruzziello.

O caso

Louise desapareceu em 31 de maio de 2011 após sair do trabalho. O corpo foi encontrado dia 17 de junho em uma cava do Rio Iguaçu, em Curitiba. Márcia e Fabiana foram detidas na madrugada seguinte à confirmação da morte da universitária. Elvis de Souza, namorado de Márcia e acusado de participar do assassinato, se entregou à polícia no dia 23 de junho. No dia 15 de julho, uma reconstituição dos fatos foi realizada pela polícia. O procedimento foi feito com base no depoimento de cada um dos três acusados. No dia 6 de outubro, o processo foi desmembrado porque a defesa de uma das acusadas pediu um exame de sanidade mental.

CONTINUA

08 JUL 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONDENAÇÕES

Outros dois envolvidos na morte de Louise Sayuri Maeda já foram condenados. O primeiro julgamento, em agosto de 2013, levou Márcia Nascimento a 19 anos de reclusão por homicídio triplamente qualificado e ocultação do cadáver. A denúncia do Ministério Público foi aceita na sentença. Em fevereiro deste ano, Élvís de Souza foi condenado a 21 anos, também por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver.

08 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Idosas são as mais vulneráveis à violência

Abandono e negligência também são frequentes

Dados do Disque 100 mostram que a maioria das agressões a pessoas com mais de 60 anos de idade ocorre em casa e é praticada pelos filhos

PONTA GROSSA

Maria Gizele da Silva, da sucursal

Seis em cada dez ligações feitas ao Disque 100, serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, relatando casos de maus-tratos contra pessoas com mais de 60 anos de idade, são para denunciar situações de violência contra mulheres idosas. Elas são mais vulneráveis que os homens e as violações ocorrem, principalmente, no âmbito familiar. Serviços de referência dão acolhimento às vítimas, mas a rede de atendimento ainda não está consolidada.

Os números são preocupantes. Ao menos 28,3 mil idosas sofreram algum tipo de violência em 2013 no país, sendo 1,2 mil no Paraná. Em 53% das denúncias, os suspeitos são os próprios filhos das vítimas, e em 74% das denúncias as agressões ocorrem nas casas das próprias idosas. "Em primeiro lugar, existem mais mulheres que homens na terceira

idade; em segundo, elas sofrem mais violência porque estão numa condição mais frágil; e, por fim, as idosas têm mais iniciativa que os homens em denunciar", enumera a coordenadora nacional da Pastoral da Pessoa Idosa, Terezinha Tortelli.

Vínculo

O vínculo familiar acaba penalizando as idosas. Em Cornélio Procopio, no Norte, onde funciona o Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa, 56% dos atendimentos são a mulheres, e 61% dos agressores são os próprios filhos. "A proporcionalidade nos atendimentos parte da questão do vínculo de afeto com o agressor ser mais forte, sendo, na maioria dos casos, os filhos os principais agressores, bem como a respectiva longevidade da mulher ser maior que a do homem", analisa o consultor jurídico do Centro, Diones Monteiro.

Atender não só a idosa, mas também a família é essencial. Segundo Monteiro, o Centro busca a mediação de conflitos, trabalhando na promoção, prevenção e proteção da idosa, com olhos "no fortalecimento dos vínculos e eliminando a violência de forma gradativa, proporcionando assim um menor desgaste da relação com a pessoa idosa", conforme explica o consultor.

No âmbito da estrutura municipal são os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) que recebem as denúncias de violência contra a terceira idade e fazem os encaminhamentos necessários. Segundo a assistente social em Ponta Grossa Marli Gonçalves Domingues, além dos diferentes tipos de violência, os idosos sofrem abandono ou negligência por parte dos responsáveis.

Os Creas de Curitiba, por exemplo, registraram de janeiro a abril deste ano 290 casos de negligência ou abandono de idosos, ante 142 casos de violência no âmbito familiar, sendo que em algumas situações o idoso é vítima dos dois tipos de violação. O perfil das vítimas é formado por mulheres: 75% das violências e 58% dos atos de negligência envolvem idosas.

Segundo Terezinha Tortelli, da Pastoral da Pessoa Idosa, as políticas públicas avançaram no atendimento aos idosos com a criação dos Creas, mas ainda é preciso caminhar mais. "O envelhecimento ainda é um tema recente no Brasil, enquanto que os direitos da infância já estão consolidados", compara. A coordenadora defende a criação de "centros-dia", onde os idosos ficam enquanto seus responsáveis trabalham, e as residências temporárias, onde podem se hospedar na impossibilidade de ficarem em suas próprias casas sob os cuidados da família. (MGS)

CONTINUA

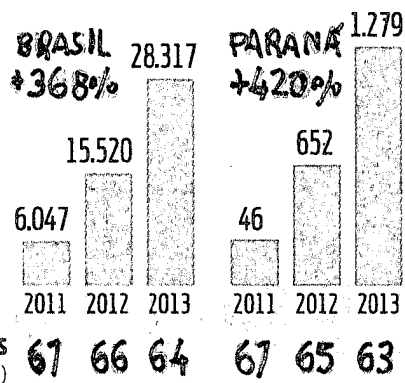
08 JUL 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

VÍTIMAS

Mulheres são maioria das vítimas de violação de direitos na terceira idade, segundo levantamento do Disque 100.



CURITIBA



108 casos de violência (75% do total)



167 casos de negligência (58% do total)

Fonte: FAS/período de janeiro a abril de 2014 e Secretaria de Direitos Humanos.
Infografia: Gazeta do Povo.

DENUNCIE

Suspeitas de maus-tratos, negligência e/ou abandono de pessoas idosas podem ser denunciadas ao serviço Disque 100 (gratuito, anônimo e 24 horas, todos os dias); ao Disque Idoso Paraná 0800 410001 (que funciona em dias úteis das 8h30 às 12 h e das 13h30 às 17h30); e pela Promotoria dos Direitos do Idoso do MP-PR, no telefone (41) 3219-5252, Av. Marechal Floriano Peixoto, 1.251, Curitiba.

08 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Joaquim Barbosa

adia aposentadoria

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, surpreendeu colegas e autoridades do Executivo ontem ao decidir adiar para 6 de agosto a sua aposentadoria, que estava prevista para esta semana. A documentação para a aposentadoria havia sido encaminhada na semana passada ao Poder Executivo e a expectativa era de que o decreto fosse publicado até o fim desta semana. Mas ontem o tribunal confirmou a decisão de Barbosa de adiar a aposentadoria. O objetivo, segundo a assessoria do STF, seria garantir um processo de transição tranquilo. Caso se aposentasse em julho, Barbosa deixaria o Supremo em pleno período de recesso, o que poderia ser considerado atípico. Com a mudança de planos, ele sairá do tribunal em agosto, quando a Corte já terá voltado a se reunir.

08 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Mensaleiro depõe como testemunha de acusação contra Youssef

Kelli Kadanus,
especial para a Gazeta do Povo

A Justiça Federal promoveu ontem, em Curitiba, as primeiras audiências de instrução dos processos da Operação Lava Jato. Deflagrada em março pela Polícia Federal (PF), a Lava Jato investigou um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões. O doleiro Alberto Youssef, preso na sede da PF na capital paranaense, é acusado de ser um dos principais chefes do esquema.

Ontem, Youssef esteve presente nas audiências. Foram ouvidas testemunhas de acusação contra ele. Entre elas, Waldomiro de Oliveira e Enivaldo Quadrado. Um dos condenados no processo do mensalão, Quadrado participou da audiência por videoconferência. Oliveira foi ouvido pessoalmente. Os dois são testemunhas de acusação na primeira ação penal contra Youssef, envolvendo o laboratório Labogen. A PF suspeita que o laboratório seja de fachada, apenas para conseguir contratos milionários com o Ministério da Saúde.

Na segunda audiência do dia, Waldomiro de Oliveira depôs como testemunha de acusação na ação penal contra René Luiz Pereira, envolvido na Lava Jato que é suspeito de tráfico de drogas. A Justiça Federal não forneceu detalhes sobre os depoimentos.

Presentes

Além de Youssef, outros suspeitos de envolvimento nos casos apurados estiveram presentes na audiência: Carlos Habib Chater, André Catão de Miranda, René Luiz Pereira, Carlos Alberto Pereira da Costa, Esdra de Arantes Ferreira, Leonardo Meirelles, Leandro Meireles, Pedro Argese Júnior e Rafael Flores Rodriguez. Todos estavam acompanhados de seus advogados. Duas audiências dos processos da Lava Jato estão previstas para sexta-feira, quando serão ouvidas outras testemunhas de acusação.

MST deixa usina em SP após Justiça determinar a reintegração de posse

Depois de dez dias, cerca de 300 pessoas deixaram a Usina Maringá, às margens da Rodovia Antônio Machado Sant'Anna (SP-255), em Araraquara (273-km de São Paulo), após o juiz da 3ª Vara Cível da cidade, Paulo Luis Aparecido Treviso, determinar reintegração de posse. As famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) deixaram dois hectares da usina pacificamente.

"É possível entender que a autora [usina] detém a propriedade e a posse da área e, nesta condição, tem o direito de se manter na posse de toda a área, inclusive daquela ocupada pelos invasores", disse Treviso na liminar.

As famílias foram levadas para o sítio Riviera, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde ficarão por enquanto. A usina enviou caminhões para ajudar os moradores na saída. A invasão ocorreu no dia 27 de junho. O MST cobra assentamento de famílias sem terra no local, porque a usina, segundo eles, tem dívidas com o governo federal.

08 JUL 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Panorama Político

Pedro Washington

INJUSTIÇAS TÊM LIMITES

A coluna vai transcrever dois comentários de leitores sobre o auxílio-moradia que o Tribunal de Justiça auto atribuiu a seus membros, agora reivindicados como era esperado pelo Ministério Público estadual. Da leitora Solange Wuick: "É lamentável essa premiação em detrimento da coletividade. Quem paga é o próprio povo. O Judiciário paranaense tarda e falha. Deveria utilizar esses recursos do auxílio moradia para otimizar e melhorar a máquina, ou construir albergues públicos para os inúmeros sem-teto que dormem sob as marquises e pontos de ônibus". Já Welton Ferreira comenta: "Não acho justo uma pessoa com salário de R\$ 21,7 mil e que tem casa própria, ter esse tipo de benefício. Trabalho em uma instituição de saúde, faltam remédios, materiais para emergência. Meu salário é ridículo, 6% do salário de um juiz, e não tenho nenhum tipo de benefício pois o governo nem repassa verbas a fim de melhorar o sistema de saúde". Eis aí a imagem, de um país injusto. Argumentarão os que têm melhores condições que algumas carreiras merecem suas remunerações altamente diferenciadas por terem um maior aperfeiçoamento intelectual proporcionado pelos estudos. Esquecendo-se que muitos deles estudaram em universidades públicas pagas pelos que hoje recriminam as diferenças. Estaremos criando uma Índia, em que castas ainda prevalecem? Ou perdendo de vista a História, que registra situações como as que geraram o belo hino francês executado no Maracanã, na sexta à tarde. Fruto das desigualdades sintetizadas numa frase famosa proferida por Maria Antonieta: "O povo não tem pão; dê-lhe brioches". Até atender juízes recém-nomeado, que necessitassem mudar de cidade ou não tivessem moradia própria, o auxílio seria aceitável, manifestam-se outros leitores.

08 JUL 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça
determina que
Fifa Fan Fest
pague direitos
autorais

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) obteve, na Justiça, uma primeira vitória para receber do governo do Distrito Federal (GDF) o pagamento de direitos autorais pela execução de músicas durante a Fifa Fan Fest - evento gratuito, com shows ao vivo, música eletrônica e a apresentação das partidas de futebol da Copa do Mundo. No último dia 2, o juiz Jansen Fialho de Almeida, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, determinou que o GDF, deposite, em juízo, R\$ 78 mil. O valor representa 30% dos R\$ 260 mil que o Ecad cobra do governo local pela utilização de músicas sem o pagamento dos direitos autorais devidos aos artistas e, portanto, sem a autorização prévia do escritório.

O Ecad move ações semelhantes contra as prefeituras de Fortaleza, Porto Alegre, Manaus, Salvador e Natal. As ações foram ajuizadas contra as prefeituras e contra o GDF na condição de organizadoras dos eventos locais, em parceria com a Fifa e com a Rede Globo.

08 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO BARBOSA PEDE MUDANÇAS... ...NA SELEÇÃO

Presidente do Supremo fala de futebol em estreia no Twitter; aposentadoria é adiada por um mês



No Twitter. Em três dias, Barbosa já tem 9.000 seguidores

Mariangela Galucci/BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, anunciou ontem possíveis mudanças que, em seu entender, seriam importantes para os brasileiros. Não trariam custos ao governo nem grandes abalos à vida jurídica do País e dependeriam apenas da boa vontade de uma única pessoa. O parecer do ministro é para que os volantes Luiz Gustavo e Fernandinho, mais Paulinho e Ramires – ou William –, além de Hulk e Fred estejam em campo esta tarde, no jogo contra a Alemanha, no Mineirão. O atacante Bernard deve ficar “como arma para o segundo tempo”.

São-paulino de fé, embora mineiro de Paracatu, Barbosa decidiu “entrar em campo” na última sexta-feira, em pleno jogo Brasil e Colômbia, pela porta do Twitter. E, desde então, não está economizando sentenças – praticamente todas sobre a seleção de Felipe Scolari. Além de

“escalar” o Brasil para hoje, ele criticou os critérios da comissão técnica que, naquele jogo das quartas de final, em Fortaleza, mandou a campo o zagueiro Henrique para o lugar de Neymar, que saíra machucado. “Substituição perigosa! Se houver prorrogação, Henrique será a opção de ataque? Técnicos brasileiros substituem mal e tardiamente. Sempre!”, advertiu.

Felipe Scolari, ao que se sabe, ainda não recorreu. Nem contra esse parecer nem contra outro voto anterior do ministro, sobre os reservas. “Por que não fazer mudanças, colocar jogadores com frescor em campo? Com tantos jogadores bons no banco!”, disse ele em outra mensagem no microblog na mesma sexta-feira. Para se evitar acusações sem prova, a assessoria do STF confirmou que o perfil “@joaquimboficial” pertence ao ministro. Que, desde sua estreia na sexta-feira, já reuniu 9.000 seguidores.

De acordo com a assessoria do tribunal, a adesão de Barbo-

o Invasão de campo
“Substituição perigosa! Se houver prorrogação, Henrique será a opção de ataque? Técnicos brasileiros substituem mal e tardiamente. Sempre!”

“Por que não fazer mudanças, colocar jogadores com frescor em campo? Com tantos jogadores bons no banco!”

Joaquim Barbosa
PRESIDENTE DO STF

sa às redes sociais vai ficar no Twitter – ele não quer saber de Facebook ou Instagram.

Aposentadoria. Enquanto se manifesta no microblog, o presidente do Supremo também organiza sua aposentadoria. Segundo informou ontem o tribunal, ele decidiu que não se aposentará mais neste fim de semana, como inicialmente previsto, mas no dia 6 de agosto.

O objetivo, segundo a assessoria do Supremo, é fazer uma transição mais tranquila. Se se aposentasse em julho, Barbosa deixaria o STF em pleno período de recesso, o que poderia ser considerado como atípico. Com a mudança de planos, ele deixará a corte em um momento em que ela já estará de volta à rotina. Aos 59 anos de idade, o ministro ainda poderia ficar no tribunal por mais 11 anos. Cotado para disputar cargos eletivos, ele resolveu que, por enquanto, vai ficar fora da política.

08 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Em terceira condenação, Colli pega mais 90 anos de prisão

Penas acumuladas de advogado e ex-assessor da Câmara Municipal de Londrina somam 224 anos de reclusão

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – A juíza da 6ª Vara Criminal de Londrina, Zilda Romero, condenou ontem, pela terceira vez em menos de um mês, o advogado e ex-assessor da Câmara Municipal de Londrina, Marcos Colli, pelo crime de estupro de vulnerável contra três crianças e por fotografar e filmar as vítimas em cenas de sexo explícito e pornográficas. A nova pena é de 90 anos de prisão e 645 dias-multa. Com as três sentenças, o tempo de prisão chega a 224 anos de reclusão.

Colli já havia sido condenado, no último dia 18 de junho, a pena de 70 anos de reclusão, seis meses de detenção e 645 dias-multa. No segundo processo, com sentença de 25 de junho, o ex-presidente do Partido Verde (PV) recebeu pena de 64 anos, um mês e seis dias de reclusão, além de 430 dias-multa. O dia-multa corresponde a um trigésimo do salário mínimo atual, que é de R\$ 724.

Nesta ação, Colli foi acusado de abusar de três meninas, que na época dos crimes, em 2010, tinham 6 e 9 anos. As meninas teriam sido molestadas até o ano passado, quando o acusado foi preso. Por se tratar de um crime sexual contra crianças e com a intenção de preservar a identidade das vítimas, a íntegra da decisão judicial não será divulgada.

Marcos Colli está preso desde o dia 20 de maio do ano passado e após a primeira condenação foi transferido, no dia 24 de junho, da sala especial que ocupava no 5º Batalhão da Polícia Militar (PM) para a unidade 1 da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL). Durante os primeiros 30 dias, Colli ficará preso em uma cela individual, no chamado período de triagem. Após o primeiro mês, ele será encaminhado para uma cela onde estão outros condenados por crimes sexuais.

O advogado responderá, ainda, a mais uma ação penal, pendente de sentença, por abuso e estupro de vulnerável contra outras três crianças. Um quinto inquérito contra o acusado já foi finalizado pelo Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e encaminhado ao Ministério Público (MP), que ainda não ofereceu a denúncia.

A reportagem não conseguiu contato com a promotora pública, Susana Lacerda, autora das denúncias e nem com a defesa de Marcos Colli.

08 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Lava Jato: mensaleiro presta depoimento por videoconferência

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - As duas primeiras testemunhas de acusação dos processos da Operação Lava Jato, designadas pelo juiz Sérgio Moro, foram ouvidas ontem em audiências de instrução realizadas na 13ª Vara Criminal Federal, em Curitiba. Enivaldo Quadrado e Waldomiro de Oliveira, que chegaram a ser denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF), estão em liberdade. O depoimento de Oliveira foi presencial, enquanto Quadrado se manifestou por videoconferência. Este último é doleiro e já tinha sido condenado no processo do mensalão a três anos e seis meses de prisão, cumprindo pena alternativa em Assis, no interior paulista. Já Oliveira teria colaborado com a Polícia Federal (PF) na tentativa de receber uma pena menor. Além disso, Waldomiro ainda é réu na ação penal que apura desvios de recursos públicos na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Na primeira audiência os dois teriam que prestar esclarecimentos em relação à ação penal que apura evasão de divisas, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, inclusive envolvendo o laboratório Labogen. Todos

os réus nesta ação compareceram à audiência: o doleiro Alberto Youssef, Esdra de Arantes Ferreira e Carlos Alberto Pereira da Costa (que seguem presos na carceragem da PF), além de Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles, Pedro Argese Júnior e Raphael Flores Rodriguez.

Na segunda audiência, Waldomiro de Oliveira foi convocado como testemunha de acusação na ação penal que investiga os crimes de associação para o tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro tendo como antecedentes crimes de tráfico internacional e evasão de divisas. Além de Youssef, também citado neste processo, os réus Rene Luiz Pereira, André Catão de Miranda e o doleiro Carlos Habib Chater (detidos no sistema penitenciário) também compareceram à audiência. Outros réus nesta ação, Maria de Fátima Stocker segue presa na Espanha e Sleiman El Kobrossy ainda está foragido.

DEFESAS

O advogado de Alberto Youssef, Antônio Figueiredo Basto, saiu otimista da audiência. Segundo ele, as testemunhas não trouxeram nenhuma resposta que pudessem complicar seu cliente. "Ouviram testemunhas que

não sabiam de nada sobre lavagem de dinheiro ou do laboratório Labogen", ressaltou. Ele ainda antecipou que vai pedir a liberdade de Youssef. "Imediatamente vou pedir a liberdade do meu cliente porque acabou a instrução deste processo, não vejo motivo para que ele permaneça preso. Ele não se manifestou e vai se manter em silêncio em todo o ato processual", completou.

Haroldo Cesar Nater, advogado de outros quatro réus do caso, também reforçou que, na sua percepção, as audiências foram pouco esclarecedoras. "O resultado para a defesa foi muito bom. Os dois não tinham conhecimento dos fatos que ocorriam dentro da Labogen. É uma empresa que opera na legalidade e que está produzindo, sendo, inclusive, reconhecida pela Anvisa", afirmou.

08 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

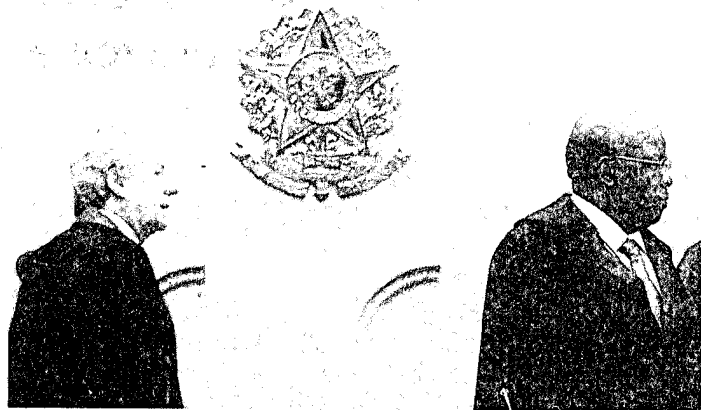
FOLHA
Cidadania

Barbosa diz que sai de 'alma leve' do STF

Brasília - Com a "alma leve", o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, despediu-se semana passada do tribunal afirmando que a corte não é lugar para pessoas ligadas a "grupos de pressão". Barbosa, 59, participou de sua última sessão no Supremo dizendo estar "com o sentimento de dever cumprido". Há um mês, ele pediu sua aposentadoria do STF, onde poderia permanecer até 2024, quando completará 70 anos.

Barbosa formalizou a sua aposentadoria oficialmente à corte, que enviará o pedido ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Caberá à presidente Dilma Rousseff escolher um novo ministro. O vice-presidente do STF, Ricardo Lewandowski, assumirá interinamente a presidência do Supremo.

Depois que a aposentadoria de Barbosa foi publicada no "Diário Oficial", Lewandowski terá duas sessões para marcar a eleição que irá oficializá-lo no cargo, já que, pelo sistema de rodízio, será a vez de ele assumir a presidência.



--- ● É a mais alta instância do poder judiciário brasileiro e acumula competências típicas de uma Suprema Corte e de um Tribunal Constitucional

--- ● Termo utilizado para se referir aos 11 juízes que compõem o Supremo Tribunal Federal, apesar de o cargo não ter nenhuma semelhança com os ministros dos órgãos do governo

Em uma despedida discreta, sem discursos e homenagens, Barbosa definiu a sua atuação no STF como a de alguém que "comprou brigas sempre que (...) havia tentativas de desviar-se do caminho correto, que é aquele traçado pela Constituição".

Nos 11 anos em que esteve no tribunal, e em quase dois na presidência, Barbosa, escolhido pelo ex-presidente Lula, colecionou polêmicas: atacou jornalistas, discutiu no plenário com

ministros, acusou advogados de conluio com juízes e as associações de magistrados de corporativismo.

O ministro disse que o STF "não é lugar para pessoas que chegam com vínculos (a) determinados grupos de pressão (e) para se privilegiar determinadas orientações". O ministro ganhou fama, elogios e críticas, principalmente como relator que conduziu o julgamento do mensalão - que levou à prisão a antiga cúpula do PT.

08 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Dívida arqueológica

Uma dívida arqueológica, hoje montando em R\$ 1,5 bi, do Estado à Copel, está para ser parcelada em 244 vezes e é objeto de uma reestruturação junto a um empréstimo internacional. Ela se origina de um acerto entre concessionárias e governos pelo acúmulo de tarifas deprimidas em 1993, num acerto global, decisão nacional na gestão de Roberto Requião.

Pelo jeito a pedra no caminho, não aquela poética de Drummond, de Beto Richa é mesmo o senador, não só por haver derrotado os adesistas no PMDB. Tanto é que lhe atribui as dificuldades financeiras, esse clima de quebra que tenta dissimular, que aliás não soube denunciar no tempo certo pelas artes do secretário da Casa Civil, Durval Amaral, hoje conselheiro do TC.

Pois como esse empréstimo para reestruturação de dívida passa pelo crivo da Secretaria do Tesouro Nacional, uma vez que a União é avalista, há pareceres técnicos contrários à proposta, o que vai aumentar o chororô do governo estadual e consequentemente o seu "marketing" - chave da campanha. O fato é que órgãos estamentais como a STN ou a Receita Federal não estão nem aí com jogadas políticas. É o que se dá também com a Advocacia Geral da União ao acionar o STF contra o governo paranaense por litigância de má-fé. Isso para o leigo pode significar muito pouco, mas não para o universo jurídico, pela conotação de perversidade, malícia e desonra. O ministro Marco Aurélio já havia detectado um sinal de jogo político nas controvérsias paranaenses ao referir-se pela terceira vez à pendência amarradíssima e com aquele operístico pedido de prisão por desobediência.

Como os dois são candidatos, a obrigação primeira de ambos é defender-se de tão pesada acusação, já que Beto atribui a Requião o peso maior da situação sem desprezo do que chama também de má vontade e perseguição da União feita pela senadora Gleisi Hoffmann. Assim os três principais postulantes teriam que apresentar suas defesas e não teríamos uma versão dominante, embora o maior tempo de rádio e

televisão da coligação encabeçada pelo PSDI

Mais bomba

Tem-se como certo que o pacote de reajustes a funcionários (juízes com ajuda moradia, professores com hora-atividade, servidores da saúde, polícia, guardas de presídio, bombeiros) pelo fato de mexer com uma dúzia de situações, isso sem falar nas promoções verticais e horizontais de rotina, restabelece as condições para novamente se ultrapassar o limite prudencial da LRF, recriando novos capítulos da novela dos empréstimos. Uma hora não haverá mais espaço para bravatas no rigor desse aperto necessário para reeducar gastadores.

Dívida Ativa

Um dos pontos relevantes do relatório de Ivan Bonilha é o do pouco empenho do governo para reduzir a Dívida Ativa que foi alvo em tempos recentes de um peculato (articulação com Fazenda, Banestado) em que o empresário pagava os 100% e recebia nada menos de 60% de retorno. Era o clube dos 60%. Houve prisões, constrangimentos que atingiram a então principal rede de supermercados do Paraná, embora não se tenha notícia das consequências em procedimentos criminais. Recentemente antes de assumir a pasta fazendária, Jozélia Nogueira tocou nesse ponto nevrálgico, já que o seu total imobiliza o governo financeiramente, uma vez que é quase a metade do orçamento atual. Originária da Procuradoria Fazendária, ela adotava posição militante de uma ação mais eficaz nessa área. Um dos pontos de relação crítica, governo e contribuintes, além dos frigoríficos, é o dos supermercados, um dos focos de evasão de rendas.

08 JUL 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

JULGAMENTO

QUE FALTAVA

Última acusada de matar universitária é condenada a 20 anos de prisão

A terceira e última acusada de assassinar a estudante universitária Louise Sayuri Maeda, em maio de 2011, foi a julgamento ontem, no Tribunal do Júri de Curitiba. Fabiana Perpétua de Oliveira, 23 anos, foi condenada a 20 anos de prisão, sem direito a recorrer em liberdade. Os outros réus já foram condenados.

O juiz Leonardo Bechara Stancioli leu a sentença às 23h, depois de cerca de 10 horas de julgamento. Fabiana foi condenada por homicídio triplamente qualificado, motivo torpe, impossibilidade de defesa à vítima e ocultação do furto no caixa da loja em que trabalhava com a vítima. Atuaram na promotoria Lúcia Inês Giacometti e Gianfranco Petruziello. A defesa

ficou a cargo do advogado Juliano Deffune Flenik.

Deise Maeda, mãe de Louise, visivelmente emocionada, não falou muito depois de ouvir a sentença. "Estou há três anos sem minha filha. Esta sentença foi merecida e a justiça foi feita. Espero que os réus cumpram a pena que lhes foi imposta", declarou. Para o futuro, Deise pensa em voltar ao trabalho e recomeçar a viver sem Louise. "Um ciclo foi encerrado hoje", afirmou.

DEPOIMENTO

Fabiana, sem demonstrar emoção, disse ao juiz que assistiu ao crime, mas não participou do homicídio e nem sabia dos planos de Márcia do Nascimento, 24 anos, que já foi condenada pelo crime. Ela afirmou que saía com frequência para beber com os colegas de trabalho e a data do assassinato de Louise, para ela, seria um "dia normal". Em depoimento, Fabiana contou que, após abandonarem o corpo da vítima, ela, Márcia e seu namorado, Elvis de Souza, 22 anos, foram para a casa dela, no Tatuquara, onde tomaram cerveja e cheiraram cocaína. A acusada declarou ainda

que tinha bom relacionamento com a vítima e não tinha motivos para matá-la.

DESVIO

Louise trabalhava como gerente numa iogurteria do Shopping Mueller e era supervisora de Fabiana e Márcia. A universitária descobriu que as funcionárias estavam desviando dinheiro do caixa da loja e estaria para denunciar o esquema a sua chefia, quando as duas funcionárias planejaram o sumiço da gerente para que não fossem delatadas. Sem saber do plano, Louise aceitou carona para casa, depois do expediente. Entrou no carro com as duas funcionárias e o namorado de Márcia, Elvis. Na Rua Nicola Pelanda, na divisa de Curitiba com Fazenda Rio Grande, sobre a ponte do Rio Iguazu, Márcia fingiu ter passado mal para que Elvis parasse o carro. Louise foi atraída para fora do veículo e assassinada a tiros, depois teve o corpo jogado dentro do rio. O cadáver só foi encontrado 17 dias depois numa cava, no Campo do Santana, para onde o corpo foi carregado pelas águas.

Penas foram superiores a 17 anos

Há exatamente um ano, Márcia, a primeira a ser julgada pelo crime, foi condenada a 17 anos de cadeia por homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, impossibilidade de defesa da vítima e ocultação do furto do caixa da iogurteria) e mais dois anos por ocultação de cadáver. Os advogados de Elvis e de Fabiana tentaram recorrer da decisão que os mandou a júri popular, mas não foram atendidos.

Elvis foi julgado em 14 de fevereiro. Pegou 21 anos de

prisão, também por homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, impossibilidade de defesa e dissimulação) e ocultação de cadáver. Ele alegou que quem deu os dois tiros contra a cabeça de Louise foi Márcia. Porém, investigações da Delegacia de Vigilância e Capturas, na época, apontaram que ele deu o primeiro tiro e Márcia, o segundo. Fabiana teria ficado dentro do carro observando tudo, como demonstrou na reconstituição do crime.

TENTATIVA

O advogado de Fabiana, Juliano Deffune Flenik solicitou laudo de sanidade mental da acusada, para livrá-la do júri popular, mas não foi constatado nada de anormal. O exame, conforme comentado no julgamento de ontem, constatou que Fabiana tem dificuldade de respeitar limites sociais, gosta de ter prazer imediato, tem instinto agressivo e capacidade de entender sua conduta.

08 JUL 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Joaquim Barbosa pede adiamento de sua aposentadoria

Ministro diz que quer fazer uma "transição tranquila"

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, pediu hoje (7) que a publicação de sua aposentadoria seja adiada para o dia 6 de agosto. Segundo Barbosa, a decisão foi tomada para garantir uma transição tranquila para a gestão do vice-presidente do tribunal, Ricardo Lewandowski.

Na semana passada, Barbosa pediu oficialmente ao Ministério da Justiça, órgão responsável pela tramitação, que a aposentadoria fosse publicada no dia 10 deste mês.

Barbosa havia afirmado que a sessão do dia 1º de julho, última antes do recesso do Judiciário, seria sua última no Supremo. Na ocasião, o presidente do STF disse que deixa a Corte de forma tranquila e com a "alma leve". Em maio, ele anunciou que se aposentaria antecipadamente, após 11 anos como ministro da Corte.

08 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

Decisão da Justiça de SP anula convenção que lançou Padilha

Liminar também invalidou medida do PT que afastou do partido deputado acusado de elo com facção criminosa

Caso ainda será analisado em definitivo pela Justiça; se mantida a decisão, sigla não terá candidato ao governo

GABRIELA TEREZI
MÁRCIO FALCÃO
DE SÃO PAULO

Uma decisão provisória da Justiça derrubou a suspensão do deputado estadual Luiz Moura do PT e colocou em risco a manutenção da candidatura de Alexandre Padilha (PT) ao governo de São Paulo.

O comando da campanha do petista prepara ofensivas jurídica e política para derrubar a liminar, concedida no sábado (5), que anulou a convenção do partido no Estado.

Irritado com o afastamento determinado pela sigla depois de apontada sua suposta ligação com integrantes da facção criminosa PCC, Moura recorreu à Justiça para tentar viabilizar sua candidatura à reeleição.

O juiz Fernando Camargo, do TJ de São Paulo, determinou sua volta ao PT, sob o argumento de que ele foi suspenso sem direito de defesa.

“[Foi] nítido o propósito de afastá-lo da oportunidade de participar das escolhas dos

candidatos à próxima eleição”, afirma o juiz.

Camargo também determinou a nulidade da convenção que lançou os candidatos a deputado federal e estadual pelo partido. A mesma convenção homologou o nome de Padilha ao governo paulista e o do senador Eduardo Suplicy à reeleição.

O caso ainda será analisado em definitivo pela Justiça. Se a decisão for mantida, o partido ficará sem candidato no Estado.

Até a noite desta segunda (7) o partido não havia sido notificado da decisão, mas a equipe jurídica já prepara a defesa a ser apresentada.

O PT vai tentar invalidar a decisão alegando que a competência para anular a convenção é da Justiça Eleitoral, e não da comum, uma vez que envolve registro de candidaturas. “O juiz poderia ter anulado a suspensão do deputado, mas não a convenção do partido”, afirma Marcelo Nobre, que defende Padilha.

Pela lei, compete à Justiça comum decidir questões de natureza intrapartidária, como uma suspensão.

O advogado pretende também atacar o argumento de Moura contra a suspensão. “O deputado foi ouvido por mais de uma hora. O partido

não se convenceu e decidiu pela suspensão”, diz Nobre.

Outra solução para evitar a anulação da convenção seria o PT buscar um acordo com Moura para incluí-lo nas vagas remanescentes do partido para deputado estadual e, assim, extinguir a ação. Para a sigla, porém, essa hipótese não está em negociação.

EXPULSÃO

A investida jurídica de Moura irritou integrantes da cúpula do PT, que passaram a defender, nos bastidores, a expulsão do deputado da legenda. Os petistas avaliam que Moura “foi longe demais” e ficou “sem clima” para permanecer na sigla.

Segundo investigação da Polícia Civil, o deputado estadual participou em março de reunião, na sede de uma cooperativa de transportes, na qual estiveram presentes membros da facção criminosa PCC.

Depois de o caso ter vindo à tona, a Executiva Estadual do PT suspendeu por 60 dias os direitos partidários de Moura, o que o impediu de registrar a candidatura à reeleição.

Desde o início do caso, o partido tenta isolar Moura para evitar desgastes à candidatura de Padilha.

CONTINUA

08 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CANDIDATURAS EM XEQUE

Acusado de envolvimento com o crime organizado, deputado do PT briga na Justiça para disputar reeleição



QUEM É LUIZ MOURA

Preso em 1991 por assalto à mão armada, passou um ano e meio na cadeia, mas fugiu antes de completar a pena e ficou foragido por dez anos. Filiado ao PT desde 2006, elegeu-se deputado estadual em 2010



O IMPASSE

Com os direitos partidários suspensos desde 2.jun, Luiz Moura (PT-SP) obteve liminar na Justiça contra decisão do partido que o impedia de disputar a reeleição



O PROBLEMA

Se a Justiça mantiver a liminar, todas as candidaturas lançadas pelo PT paulista na convenção do partido, em 15.jun, podem ser invalidadas



POR QUE O PT BARROU SUA CANDIDATURA

Por ser acusado pela Polícia Civil de ter se reunido, em mar.2014, com integrantes da facção criminosa PCC



O QUE ELE DIZ

Moura afirma que o encontro tinha o objetivo de impedir uma greve no setor de transporte público, nega ligação com o crime organizado e diz que a decisão do PT foi "arbitrária"

08 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

No Twitter, Barbosa agora fala do Mundial

O ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, estreou uma conta na rede social Twitter, o @joaquimboficial — e três das quatro atualizações tratam da Copa do Mundo.

A última, de sábado (5), sugere escalação da seleção contra a Alemanha. “Luiz Gustavo, Fernandinho, Paulinho, Ramires ou William; Hulk, Fred. Bernard como arma no segundo tempo”, escreve.

O primeiro comentário feito na sexta (4), três dias depois de sua última sessão no Supremo, dizia: “Alívio, finalmente!”.

Nesta segunda (7), Barbosa pediu que sua aposentadoria passasse de julho para agosto. O motivo é mais tempo para que Ricardo Lewandowski, que vai assumir a presidência da corte, faça a transição.

08 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

À espera do roubo

Crime contra o patrimônio alcança número recorde de ocorrências em São Paulo; Secretaria da Segurança Pública deve explicações

Registrado no mês de maio novo recorde histórico de ocorrência de roubos em São Paulo, o secretário da Segurança Pública do Estado, Fernando Grella Vieira, afirmou que não dispõe de um diagnóstico preciso sobre as causas do fenômeno, mas prometeu que dentro de uma ou duas semanas terá “alguma conclusão a respeito”.

Seria “achismo”, ponderou, dar explicações antes de ter o respaldo de estudos técnicos. De toda maneira, Grella disse não estar satisfeito “com os resultados que estão por aí”. Também pudera: já são 12 meses de altas consecutivas no número de roubos; em maio, contabilizaram-se quase 15 mil assaltos na capital, enquanto Nova York e Londres tiveram menos de 2.000.

Há mérito, sem dúvida, em recusar o “achismo” e considerar mudanças em uma corporação que acerta na redução de homicídios, mas erra na proteção do patrimônio. Causa estranheza, contudo, que o secretário tenha esperado a situação chegar a tal extremo para se “debruçar sobre o assunto”.

A epidemia de roubos não é novidade. Por que a demora? Tivesse o governo reagido com a devida presteza, medidas corretivas já poderiam ser implementadas.

A letargia, além de expor clamoroso erro de avaliação do governo

Geraldo Alckmin (PSDB), contribui para alimentar especulações sobre um suposto boicote por parte da Polícia Militar, conforme apontaram policiais civis.

Ainda que a secretaria considere a hipótese “equivocada”, dados oficiais divulgados nos cinco primeiros meses do ano indicam que a quantidade de prisões em flagrante caiu 8%; as ocorrências relativas a tráfico de drogas diminuíram 18%; e os casos de porte ilegal de arma encolheram 7%.

Como explicar esses números? Eis mais um aspecto a ser incorporado nos esforços de Grella para prestar esclarecimentos à sociedade e embasar a necessária reação das forças de segurança.

Afora problemas episódicos, é crucial enfrentar questões estruturais. Por louváveis que sejam os resultados em outras frentes, a polícia está longe de prestar um serviço público à altura das demandas e necessidades dos contribuintes.

Basta dizer que apenas um em cada dez registros de roubo termina em inquérito. O corolário dessa inércia é a impunidade —um estímulo para a prática de ilícitos.

A Secretaria da Segurança precisa tomar providências imediatas —como o aumento do policiamento ostensivo e o remanejamento de efetivos para as áreas mais afetadas— enquanto seu titular busca causas para a crise. Uma vez identificadas, que sejam combatidas com celeridade e eficiência. São Paulo não pode mais esperar.

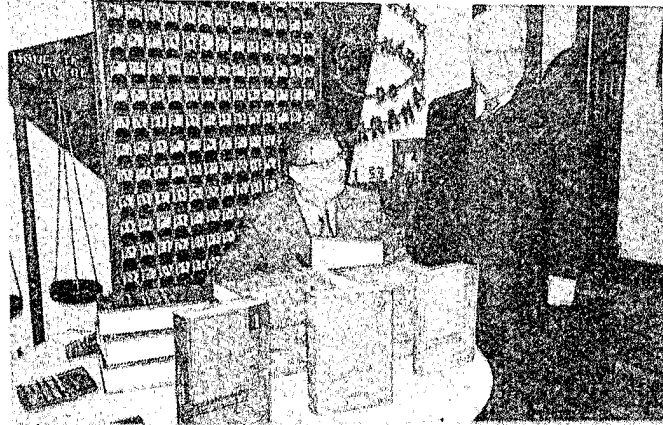
08 JUL 2014

BEMPARANÁ

STELLA
WINNIKES

Direito é homenageado

O constitucionalista Clèmerson Merlin Clève prestou uma homenagem ao centenário do curso de Direito da UFPR com o lançamento da coleção *Direito Constitucional Brasileiro*. Clève, que é presidente da *UniBrasil*, é docente da *UFPR* há mais de 25 anos - o titular mais antigo da



Faculdade de Direito, atualmente. O evento foi realizado no Salão Nobre do prédio histórico da *UFPR*. Na foto, o Constitucionalista Clèmerson Merlin Clève e o professor em direito penal René Ariel Dotti.

EM ALTA



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), **JOAQUIM BARBOSA**, pediu ontem que a publicação de sua aposentadoria seja adiada para o dia 6 de agosto. Segundo Barbosa, a decisão foi tomada para garantir uma transição tranquila para a gestão do vice-presidente do tribunal, Ricardo Lewandowski.

EM BAIXA



O advogado e ex-assessor da Câmara Municipal de Londrina, **MARCOS COLLI**, preso em maio de 2013, recebeu ontem a terceira condenação, em menos de um mês, pelo crime de estupro de vulnerável e por fotografar e filmar crianças e adolescentes em cenas de sexo explícito e pornográficas.

08 JUL 2014

CONSULTOR JURÍDICO

DECISÃO DO STJ

Lotar servidores comissionados em cargos de concursados não é improbidade

07 de julho de 2014, 08:19h

Por maioria de votos, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça julgou improcedente Ação Civil Pública impetrada contra Silvio Magalhães de Barros II (PHS), ex-prefeito de Maringá (PR), por improbidade administrativa.

O Ministério Público do estado ajuizou a ação em razão da nomeação de três servidores comissionados. Embora os cargos fossem vinculados ao gabinete do prefeito, os funcionários foram lotados em outros órgãos da administração.

O juízo de 1º Grau considerou o pedido procedente, sob o entendimento de que, ao nomear os servidores para cargos que não eram de direção, chefia ou assessoramento, Barros feriu os princípios da administração pública.

O Tribunal de Justiça do Paraná manteve o entendimento. Segundo o acórdão, o fato de os servidores não terem sido lotados no gabinete do prefeito não configuraria irregularidade. O problema foi designá-los para funções típicas de servidores de carreira, violando assim o inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal, que exige concurso para investidura em cargo ou em emprego público.

Já o relator do recurso no STJ, ministro Ari Pargendler, manifestou opinião diferente. Segundo ele, a mera lotação dos nomeados em outros órgãos não leva à conclusão de que houve dolo capaz de caracterizar ato de improbidade.

“Muito embora tenham sido nomeados para cargos em comissão subordinados ao gabinete do prefeito e lotados em outros órgãos, o fato — incontroverso, registre-se — é que os três servidores foram nomeados regularmente (o que se teve por irregular foi a lotação em órgãos diversos daquele para o qual foram nomeados) e prestaram serviços ao município de Maringá. Há, nesse fato, como reconheceu o tribunal de origem, evidente má-fé do administrador? Salvo melhor juízo, não”, disse Pargendler. *Com informações da assessoria de imprensa do STJ.*